

A Sociologia Brasileira e a Empresa

Ana Maria Kirschner

Introdução

A sociologia constituiu-se, na segunda metade do século XIX, para compreender as transformações ocorridas, ou em curso, após a Revolução Industrial. Desde então, a disciplina tem feito face ao desafio de apreender e explicar as grandes questões com as quais os atores sociais de cada época se defrontam.

O objetivo deste texto é apresentar o modo pelo qual as ciências sociais brasileiras consideraram o papel da empresa no desenvolvimento econômico e social de nossa sociedade. Para isso, será desenvolvida uma análise histórica capaz de evidenciar a relação existente entre determinadas características sociais e econômicas do país e a maneira pela qual a empresa foi apreendida pela reflexão sociológica, sobretudo durante o período compreendido entre as décadas de 1970 e 1990.

O texto está dividido em três partes, as quais pretendem ilustrar a diversificada produção acadêmica realizada durante o período mencionado. A primeira parte enfoca os anos de 1970 e 1980 e sugere a progressiva substituição dos marcos teóricos da sociologia do desenvolvimento pelos da sociologia do trabalho para o tratamento de questões relativas ao universo das empresas. Na segunda parte, referida à década de 1990, são apresentadas as análises que se debruçam sobre questões concernentes às empresas brasileiras no novo cenário da globalização. Finalmen-

te, a terceira e última parte caracteriza a distância entre a prática científica e o mundo da empresa, chamando a atenção para uma benfazeja tendência à reapropriação dos temas econômicos pela sociologia, o que poderia estreitar o diálogo entre sociólogos e atores do setor produtivo.

Da Sociologia do Desenvolvimento à Sociologia do Trabalho

A partir dos anos de 1930, o Brasil insere-se no processo de industrialização, que culmina no final da década de 1970. Nesse processo, o Estado foi o grande promotor do desenvolvimento, por meio de uma política de subsídios industriais e agrícolas que visava sobretudo à exportação.¹

As ciências sociais desenvolviam-se a partir de um núcleo duro – o estudo sobre o tipo de capitalismo brasileiro –, tentando responder às questões fundamentais de uma sociedade que queria se conhecer. Algumas pesquisas propuseram-se a deslindar as origens e as aspirações dos atores, empresários e trabalhadores rurais e urbanos. Seguindo essa linha, alguns sociólogos estudaram a classe operária, privilegiando suas origens culturais e étnicas (Brandão Lopes, 1964) ou a vinculação estrutural entre sindicalismo populista e Estado, com o intuito de elucidar o papel dos sindicatos para a formação da classe operária (Simão, 1966). Outros analisaram a

constituição do empresariado industrial ou a convivência da sociedade industrial com os valores do Brasil arcaico (Cardoso, 1969). A partir deste tema central – o capitalismo e seus atores –, as reflexões se desdobram, tentando apreender o papel dos empresários para o desenvolvimento social e econômico do país e suas relações com o Estado.

A sociologia do desenvolvimento foi o grande marco teórico dessa época. Tratava-se de uma sociologia voltada para os problemas macrossociais do desenvolvimento, influenciada pela perspectiva funcionalista e apoiada na matriz dualista tradicional/moderno. A cultura nacional, as práticas clientelistas e o populismo eram considerados entraves ao processo de racionalização e à introdução da ciência e da tecnologia na produção (Abramo e Montero, 1995, pp. 67-68). Paralelamente, as questões da marginalidade e da exclusão social eram analisadas como consequências estruturais do capitalismo brasileiro retardatário e dependente (Leite Lopes e Machado da Silva, 1979; Nun, 1969).

O Estado no Centro do Modelo Brasileiro

Boschi (2002) destaca que o Executivo manteve a preponderância entre os poderes, da década de 1930 até agora. Segundo o autor, o papel dos atores sociais na configuração dos arranjos institucionais e na dinâmica de relacionamento entre os poderes depende de características conjunturais. Tentaremos mostrar exatamente as principais mudanças no papel desses atores para o período analisado.

Anos de 1970, a época da esperança:
o milagre econômico

A partir do golpe de 1964, os presidentes militares foram sistematicamente aniqui-

lando as oposições políticas para permitir a implementação de um projeto econômico para o país que, entre outras políticas, implicava a manutenção do arrocho salarial. Entretanto, a notável expansão quantitativa do emprego urbano e a elevada diversificação da estrutura ocupacional não foram suficientes para contrarrestar uma notável piora da distribuição de renda e um considerável aumento do emprego informal, revelados no Censo Demográfico de 1980 (Cano, 1994, p. 595).

A política industrial dos governos militares foi fortemente nacionalista e sustentada pelo tripé formado pelas empresas nacionais, empresas estatais e multinacionais. Se levarmos em consideração apenas o desempenho econômico, a década de 1970 foi excepcional: as taxas de crescimento da economia atingiram cerca de 10%.² Foram feitos grandes investimentos no setor petroquímico e metalúrgico para produção de insumos e bens de capital, graças ao forte estímulo do Estado. A pauta de exportações diversificou-se, o que permitiu um grande avanço do processo de substituições de importações. Esse desempenho consolidou o setor produtor de bens de capital e elevou a complexidade e a integração da estrutura industrial, constituindo a base para a evolução futura da economia brasileira (Abramo, 1990, p. 23).

A agricultura voltada para a exportação recebeu incentivos para se modernizar. Os governos militares estimularam bastante as pesquisas agronômicas, obtendo resultados extraordinários que trouxeram vantagens indiretas para alguns segmentos de indústria, como pôde se observar no caso da soja e do trigo.

Em grande medida, esse desempenho econômico se deve à centralidade do Estado, o qual se afirmava por duas vias: como sujeito de desenvolvimento e modernizador por excelência, e como o agente que define os parâmetros de ação da classe trabalhadora e

de suas formas de organização (Abramo e Montero, 1995, p. 72).

A influência dos militares não se limitou às macroesferas do poder, mas também foi forte no mundo empresarial. Na esfera política, os empresários apoiaram o regime militar. Não foram raros os casos de grandes empresários próximos do poder executivo. Além da proximidade com as agências governamentais reguladoras, muitas das grandes empresas passaram a ter militares aposentados em seus quadros de funcionários, em geral de alta patente e bem relacionados com os militares que ocupavam altos cargos do executivo. Isso significava a obtenção de um canal de acesso às informações concernentes à política econômica, ou, em alguns casos, influenciá-las (Kirschner, 1995).

Após a crise do petróleo (1974-1975), tornou-se evidente a derrocada do modelo fordista. Os formuladores de política e os empresários passaram a se preocupar mais com a competitividade, o que aumentou o interesse desses atores pelo estudo empírico do processo de trabalho (Abramo e Montero, 1995, p. 70).

O autoritarismo reproduzia-se no interior das empresas, mas, no final da década de 1970, o movimento sindical recuperou sua capacidade de ação, após um longo período de exclusão da política nos locais de trabalho. O padrão de relações de trabalho vigente nesses anos caracterizou-se por um estilo de utilização da força de trabalho extremamente repressivo e predatório, do qual podemos assinalar como características a deterioração salarial, os elevados índices de acidentes de trabalho e doenças profissionais, as elevadas taxas de rotatividade no emprego, o aumento de horas-extras e a intensificação da jornada de trabalho (Abramo, 1990, p. 24).

Nesse período, a sociologia, partindo das análises sobre o trabalho, começou, afinal, a se aproximar das empresas.

O processo de industrialização mostrou seus limites em relação à sua capacidade de reduzir a pobreza e integrar as massas populares. Os sociólogos estavam perplexos diante dos processos simultâneos de crescimento econômico acelerado e agudização da pobreza. Muitas pesquisas mostraram as diferentes estratégias de sobrevivência de famílias trabalhadoras (Bilac, 1978) numa época de forte contenção salarial e desarticulação do movimento sindical realizada por meio da repressão política (Castro e Guimarães, 1987, p. 12). O acúmulo de análises empíricas permitiu uma crítica à visão da classe trabalhadora como passiva e destituída de consciência de classe.

O trabalho de Pereira (1979) é um dos que trazem a sociologia de volta às empresas. A autora analisou o chão da fábrica, revelando a heterogeneidade dos trabalhadores, os quais desenvolviam diferentes estratégias de resistência à dominação.

Não se pode esquecer que o apogeu do milagre econômico durante a ditadura militar e a conseqüente repressão política coincidiram com uma dominância do marxismo no meio das ciências sociais brasileiras. Os empresários, considerados “exploradores da classe operária”, eram, portanto, pouco analisados, e as fábricas eram vistas como o *locus* privilegiado do conflito de classe, ou a arena na qual se dava a exploração dos trabalhadores.

Os anos de 1980, a década perdida

Entre 1979 e 1982, o Brasil atravessou a chamada “crise da dívida”, traduzida pela violenta elevação da taxa de juros e pelas primeiras medidas de ajuste ortodoxo na

base do chamado "Consenso de Washington". Essas políticas de ajuste macroeconômico envolveram cortes no gasto público, restrições monetárias, arrocho salarial e altos juros. Tudo isso para gerar excedentes com a finalidade de atender ao serviço financeiro da dívida. Essa foi, segundo Cano (1994), a origem da "ciranda financeira". Ainda que os saldos na balança comercial fossem positivos, o desempenho econômico foi medíocre.³ O setor industrial foi o mais severamente afetado.

Os Efeitos de uma Crise Econômica Duradoura

O problema da pobreza piorou muito na década de 1980, tanto pelo aumento da relação população pobre/população total (de 24,89%, em 1980, passou a 27%, em 1990), como, sobretudo, pelo fato de que o número de pobres passou de 29,5 milhões para 30,2 milhões em 1990 (Baltar e Henrique, 1994).

Os efeitos de um crescimento industrial praticamente nulo na década foram graves, implicando acentuada diminuição do emprego formal, deterioração dos salários e maior rotatividade, muito mais como decorrência da crise do que da introjeção tecnológica mais intensa (Cano, 1994, p. 596). Verificou-se o crescimento da ocupação de serviços mais especializados, que exigem maior qualificação do trabalho e pagam melhores salários, nas localidades e unidades onde o avanço tecnológico foi maior (Cano, 1994, p. 596). No entanto, o desemprego aberto nunca foi um fenômeno muito grave no país, nunca superando a média de 8%, mesmo com as taxas de crescimento do PIB abaixo de 1,5% (Machado da Silva, 1997, p. 28).

Empresas: As Dificuldades se Agravam...

O cenário da produção brasileira altera-se em função de fatores endógenos, ligados à crise, e exógenos, associados aos novos padrões de competitividade dominantes no mercado internacional que, numa conjuntura de restrição da demanda interna, transformam a qualidade dos produtos em fator fundamental de êxito da estratégia da reconversão exportadora.

Abramo (1990) credita ao crescimento do movimento sindical num quadro de transição política a imposição de certos limites ao despotismo vigente no interior das empresas. Para a pesquisadora, a existência de uma mão-de-obra mais estável, qualificada e confiável passa, assim, a ser uma necessidade nos setores produtivos mais modernos e mais vinculados ao setor externo.

A influência das elevadas taxas de inflação sobre as estratégias empresariais foi estudada por Jetin (1991), o qual mostrou que, no Brasil, os empresários privilegiaram a flexibilidade financeira à flexibilidade produtiva durante a década de 1980. Douvot (1992) seguiu a mesma linha de argumentação, demonstrando que, em conjuntura de inflação cada vez maior, a reação inicial dos empresários é preferir a liquidez para preservar uma flexibilidade decisional. A consequência sobre o crescimento industrial foi clara: o pequeno interesse na adoção de inovações tecnológicas, as quais exigiam investimentos de vulto, contribuiu para a fraca competitividade nos setores mais modernos da economia. Esses dois autores descrevem o circuito perverso do aumento dos preços para salvaguardar o lucro e a conseqüente redução da demanda do mercado interno. Segundo Douvot (1992, p. 8), o processo de hiperinflação favoreceu no Brasil a busca de uma flexibilidade fi-

nanceira em detrimento de uma busca deliberada de ganhos de produtividade.

A crise recessiva do começo da década teve um impacto duplo e contraditório sobre a modernização das empresas. Ao mesmo tempo em que retardou a introdução de novas tecnologias, em função da queda dos investimentos e das conseqüentes dificuldades para a aquisição de novos equipamentos, aumentou a necessidade de buscar novas formas de elevar a produtividade (Abramo, 1990).

A resposta das empresas e setores mais dinâmicos não foi apenas de uma racionalização defensiva, expressa em demissões maciças de trabalhadores. Também se produziram mudanças que visavam a reorganização da produção e da flexibilização do trabalho (Abramo, 1991, p. 24).

Nas empresas, do ponto de vista do trabalho, Abramo (1991) mostra casos em que os trabalhadores puderam influenciar as decisões sobre as condições da introdução dos processos de novas tecnologias. Porém, até mesmo nesses raros casos, eles não chegaram a discutir os projetos de modernização. A participação dos trabalhadores não se fez pelas vias formais e institucionais. Os empresários alegavam que, além dessas decisões serem estratégicas e confidenciais, os sindicatos de trabalhadores não se mostravam interessados em discutir os processos de modernização tecnológica.

Se a gestão da mão-de-obra melhorou nos setores de ponta com a introdução de novas tecnologias e inovações para melhorar a qualidade das relações de trabalho, a tensão entre a gestão da empresa e a organização dos trabalhadores não desapareceu, apesar do movimento sindical ter se fortalecido exatamente nesses setores.

A Sociologia Quer Explicar a Crise

Os anos de 1980, como esboçamos, foram caracterizados pelas dificuldades econômicas – elevadas taxas inflacionárias e perda de competitividade da indústria – e pela redemocratização do país. As ciências sociais nesse momento responderam às demandas das empresas em relação às condições de redefinição da inserção internacional da economia brasileira. A empresa e os empresários aparecem nas análises acadêmicas tangenciando os temas ligados à flexibilização da produção e do trabalho, à introdução de novas tecnologias e ao novo sindicalismo que surge redefinindo as lutas sindicais na região do ABC paulista.

Durante essa década, ressurgiu o tema da modernização, agora identificada não como mudança social, mas com a adequação necessária a um novo padrão, o paradigma pós-fordista, o qual supõe um modelo de empresa que tende a apagar a oposição entre os interesses do capital e do trabalho. As análises seguiram duas vertentes: uma que aceitava o paradigma pós-fordista como um modelo a ser alcançado e outra que o relativiza, admitindo distintos estilos de modernização tecnológica (Abramo e Montero, 1995).

Em relação às novas tecnologias, os estudos são setoriais e consideram principalmente o contexto internacional e os determinantes estruturais da economia brasileira. Esses trabalhos setoriais abriram espaço para análises das transformações ocorridas na natureza dos processos e dos conteúdos do trabalho. Alguns deles trouxeram à tona estudos de caso sobre empresas, geralmente empresas de ponta do setor (Abramo, 1990), estudadas sob a ótica do trabalho, ou seja, enfocou-se basicamente as transformações ocorridas no processo de produção, gestão e organização do trabalho.

O reaquecimento da economia, iniciado em 1984-1985, caracterizou-se por uma difusão significativa de equipamentos de base microeletrônica. Esta conjuntura estimulou novas pesquisas sobre as formas pelas quais os trabalhadores percebiam a inovação tecnológica, as significações que lhe atribuíam e as representações produzidas acerca da experiência subjetiva do trabalho. A tematização em torno da dimensão simbólica presente na organização e na gestão do trabalho ganhou fôlego, e categorias como “cultura técnica” e “cultura de empresa” passaram a ocupar mais espaço.

A ampliação do escopo de análise levou os sociólogos a integrar a contribuição de outras áreas do conhecimento já familiarizadas com o cotidiano de trabalho, como administração de empresas, engenharia de produção e psicologia. Tomemos como exemplo Abreu, que sublinha

[...] a clara percepção por parte dos cientistas sociais [...] da necessidade de equacionar o problema a partir de uma perspectiva multidisciplinar, movimento replicado por alguns profissionais das outras áreas mencionadas, leva a um desafio que vem sendo, de uma maneira ou de outra, enfrentado seriamente, embora com resultados ainda não totalmente satisfatórios (Abreu, 1985, p. 5, *apud* Castro e Leite, 1994, p. 41).

A sociologia do trabalho, estudando a reestruturação produtiva, passou a enfatizar a flexibilização ou a precarização do trabalho no contexto pós-fordista. Ramalho (2000) comenta que flexibilidade e especialização flexível se tornaram as palavras-chave nas explicações sobre os processos de trabalho e sobre os processos de reestruturação produtiva. Segundo o autor, percebe-se uma aproximação entre os estudos acadêmicos e os discursos dos empresários, os quais consideram a

flexibilização da organização da produção, dos salários e dos processos de trabalho indispensáveis na nova ordem econômica.

Podemos afirmar, portanto, que as ciências sociais começaram a se apropriar de uma temática que já tinha pertencido à sua área de interesse (Kirschner, 1999) – os fenômenos que ocorrem no mundo econômico – e que isso se fez pela via dos estudos de caso.

Anos de 1990: O Brasil no Turbilhão da Globalização

As reformas econômicas efetuaram uma reestruturação radical da estrutura produtiva e financeira herdada da era da industrialização por meio da substituição de importações. O Estado privatizou setores estratégicos, como a telecomunicação e a eletricidade, desregulamentou o setor financeiro e abriu à competição alguns serviços monopolizados por grupos privados. A abertura de setores industriais, comerciais e financeiros ao capital estrangeiro provocou uma rápida internacionalização da economia brasileira, especialmente na segunda metade da década de 1990 (Kirschner e Leopoldi, 2001). Em poucos anos, a participação das empresas estrangeiras na economia brasileira cresceu e se tornou majoritária: de 28%, em 1990, a 44%, em 2000 (Birchal, 2000).

A política de liberalização da economia e de menor intervencionismo estatal afetou profundamente a economia brasileira. Salientamos a redução de 50% da produção de algodão, 70% da de trigo, o fechamento de várias linhas de produção de eletrônicos na Zona Franca de Manaus e o crescimento dos níveis de importações de autopeças e bens de consumo, com destaque para os automóveis (Cano, 1994; Kirschner, 1995).

A reestruturação patrimonial a partir da abertura da economia não incentivou a maior parte dos grandes grupos nacionais e reforçou suas fragilidades intrínsecas. Esses grupos passaram a se concentrar em *commodities*, enquanto a participação do capital estrangeiro no PIB saltou de 10%, em 1995, para 15%, em 1998 (Miranda e Tavares, 1999; Gonçalves, 1999).

As discussões sobre o Estado e seu papel começaram a ocupar um espaço que não se limitava à área acadêmica. Boschi discorda da vertente majoritária que considera que

[...] as reformas orientadas ao mercado tenham destituído o Estado de sua capacidade de intervenção. [...] é surpreendente a recomposição que se opera, tanto no plano das iniciativas do Estado, como no plano das respostas dos atores privados em termos de readaptação e reconstrução da representação dos interesses privados (Boschi, 2002, p. 13).

O autor identifica uma das alterações fundamentais verificadas na década de 1990: a lógica do Estado é agora atravessada pela lógica do mercado. O mercado interpõe-se entre as relações no interior do próprio aparelho estatal, entre este e a sociedade e entre os principais atores organizados.

As Empresas no Novo Cenário

Nos anos de 1990, uma grande reviravolta aconteceu no meio empresarial brasileiro com o fechamento de empresas tradicionais, as quais sucumbiram aos juros altos, ao câmbio oscilante e às incertezas no mercado internacional. Em vários setores ocorreu um acelerado processo de concentração em mãos de poucas e grandes empresas. Por outro lado, surgiram muitas empre-

sas de médio e grande porte nos espaços rural e urbano. Algumas desapareceram logo depois; outras se estabeleceram e marcaram presença. Há quem fale que o saldo dessas mudanças foi um conjunto de tipos empresariais: alguns continuaram a crescer no período; outros sobreviveram a uma série de crises; muitos venderam a firma e passaram a viver de renda, e alguns tornaram-se sócios minoritários de empresas multinacionais, sem falar dos que foram à falência ou viveram a experiência de um rápido auge seguido de completo declínio (a partir de Kirschner e Leopoldi, 2001).

Houve uma grande diversidade nas estratégias postas em prática por grandes grupos nacionais para fazer frente aos novos desafios. O caso Vicunha revela um grupo familiar que efetivamente se preparou para enfrentar as dificuldades da nova realidade econômica. Benjamin Steinbruck diversificou as atividades do grupo, investindo nos setores fundamentais para a economia do país (siderurgia, energia e aço) com a compra de estatais. Outros grupos tradicionais consolidados estão buscando uma reorganização societária para manter sua participação no mercado. É o caso do grupo Ipiranga, cobijado por grandes multinacionais do setor de petróleo, exatamente por ser enxuto e contar com uma rede de distribuição que se estende por todo o território nacional.

Se as reformas produzem perdedores, dão origem a coalizões vencedoras da mesma forma que intensificam clivagens inter e intra-setoriais e golpeiam antigos padrões de representação corporativa, abrindo espaço para novas formas de pressão com a difusão de poderosos *lobbies* e alianças transnacionais, envolvendo atores externos e internos e a montagem de uma ampla rede de conexões que atravessa os espaços nacionais (Diniz, 2000, p. 30).

O debate sobre desenvolvimento regional, muito vigoroso nos anos de 1970, reaparece em torno da busca realizada pelos Estados por captação de investimentos. A redução de investimentos privados e de gastos públicos gerou uma guerra fiscal entre os Estados, que passaram a concorrer ferozmente pelos investimentos estrangeiros, especialmente no setor automobilístico. Arbix (2000) afirma que, além de causar desperdício de recursos públicos, essa concorrência entre os Estados não gera projetos de desenvolvimento regional capazes de atenuar as desigualdades entre as regiões.

Dulci (2001) mostra com limpidez o impacto dos deslocamentos do capital sobre o cenário inter-regional. O autor considera que, para o país como um todo, as conseqüências da guerra fiscal são negativas. Deslocando a análise para outro nível, acrescenta:

Os efeitos sobre o cenário empresarial também são consideráveis. As principais vencedoras da guerra fiscal são as empresas multinacionais, às quais se destinam os maiores incentivos. As grandes empresas nacionais se arranjam, pelo volume de vendas internas, mas perdem relativamente se não receberem incentivos. Já os micro e pequenos empresários perdem em competitividade de seus concorrentes dos Estados que adotam esquemas de incentivo. Estabelece-se uma situação de franca desigualdade: enquanto algumas empresas poderosas são beneficiadas, as demais são oneradas com a carga normal de impostos, que tendem a considerar muito alta (porque mal distribuída), queixando-se ainda dos governos por um tratamento que identifica inadimplência com sonegação. Nesse sentido, não surpreende o avanço da economia informal, que corresponde à fatia

substantial das atividades econômicas no Brasil (Dulci, 2001, p. 18).

*Recomposição das Ações Coletivas**

A diversidade de trabalhos que analisam setores específicos do empresariado demonstra que não se pode falar de “um” empresariado nacional. Por exemplo, Minella (1994) demonstrou os novos desafios enfrentados pelo empresariado financeiro a partir do contexto da redemocratização. No interior do próprio setor financeiro, o autor identifica posturas divergentes entre grandes empresários (ligados a grupos como Bradesco, Itaú, Unibanco e outros) e aqueles de pequeno ou médio porte. Por outro lado, este segmento como um todo é percebido de forma crítica pelos empresários ligados à indústria, os quais o apontam como o responsável pela crise vivida pelo país – vale lembrar que enquanto a inflação era tida como um entrave ao crescimento econômico geral, ela proporcionava aos bancos uma lucratividade bastante alta. O empresariado financeiro, por sua vez, tendeu a jogar para o Estado a responsabilidade pela crise (em função do déficit público, com os diversos mecanismos que levam a ele, e que caberia ao Estado controlar).

A complexidade que caracteriza o empresariado brasileiro se expressa também do ponto de vista regional. Canosa (1998), por exemplo, traça a história das organizações representativas do empresariado do Rio de Janeiro desde o século XIX até sua versão mais recente, a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro – Firjan. A autora enfatiza a tendência da entidade de apoiar os diferentes governos, apesar de criticá-lo de maneira recorrente, considerando-o intervencionista, burocratizado etc. Contudo, a autora verifica que, a partir da década de 1980, sob

o argumento de que se viveu um período de crise e esvaziamento econômico, a Firjan começa a reivindicar um apoio à indústria por parte do Estado. Ademais, a ação política da entidade, com vistas à negociação de soluções para a crise da economia fluminense, limitou-se à reivindicação de incentivos diversos, ao mesmo tempo em que se limitou a negociar com os trabalhadores uma “parceria”, na qual buscava limitar direitos trabalhistas consagrados, sem maiores concessões por parte da classe empresarial.

Medeiros (1999), por sua vez, analisa os dilemas da Confederação Nacional da Indústria em apresentar mudanças à legislação trabalhista e sindical do Brasil. Estudando o período de 1988 a 1998, o autor mostra as dificuldades dessa entidade para adotar uma postura consistente e eficaz em favor da flexibilização da legislação trabalhista sem colocar em risco sua própria sobrevivência. Depois de indicar como a atuação da CNI se desdobrou nessa década, discute como a agenda dessa organização de cúpula ficou reduzida à demanda pela flexibilização da legislação trabalhista e pelo fim da unicidade sindical. Contudo, como este último dispositivo está na base do financiamento de toda a estrutura corporativista – que repassa às entidades de todos os níveis os recursos compulsoriamente pagos pelos industriais –, a CNI fica com uma margem de manobra muito estreita para levar a cabo suas propostas, o que torna evidente a importância da dimensão institucional dos interesses organizados para o entendimento das classes como atores políticos.

A Associação Comercial de São Paulo foi analisada por Paulo Roberto Neves da Costa (2000). Seu estudo mostra que essa entidade tradicional, detentora de um peso político importante, está administrando atualmente uma tensão entre as duas dimensões em que atua – a empresarial e a políti-

co-representativa. Isso significa que ela está fazendo a passagem de uma atuação predominantemente *lobbysta* a uma atuação mais empresarial.

O autor traz à luz o conflito entre essas dimensões. A Associação Comercial de São Paulo viu-se “obrigada” a adotar estratégias de gerenciamento empresarial – oferta de serviços, captação de recursos, *marketing* (usando o peso de sua tradição e credibilidade) e atração de sócios (às vezes com possibilidades de concorrer com alguns associados). Atualmente, cabe a seus técnicos e assessores a responsabilidade da representação, o que implica a atribuição de um papel importante para os técnicos na condução política (e cultural, em termos de valores e tradições) da entidade.

As análises sobre entidades e movimentos surgidos no contexto da Nova República identificaram algumas mudanças, como, por exemplo, o fato de algumas entidades não limitarem a sua atuação a representar ou defender interesses setoriais e específicos, efetuando uma ação ideológica mais ampla. É o caso dos institutos liberais, presentes nos principais Estados brasileiros, os quais visam a divulgar e afirmar os princípios clássicos do liberalismo, com ênfase na eficácia do mercado como ordenador da produção e das relações sociais. Esse trabalho certamente teve algum impacto, haja vista a hegemonia cada vez maior que o neoliberalismo conquistou na sociedade brasileira, não só entre as elites econômicas, mas entre a população de um modo geral. Surgiu também o Pensamento Nacional das Bases Empresariais – PNBE, uma dissidência da Fiesp. Sediado em São Paulo, o PNBE desejava romper com o estilo de ação política da Fiesp, reclamando a criação de canais institucionalizados para a relação entre Estado e empresariado, diferentemente do padrão “direto”, informal e clientelista tradicional. Por fim, o Iedi é apresen-

tado como um órgão de que são colaboradores muitos “notáveis” da lista da *Gazeta Mercantil* (muitos ligados à Fiesp/Ciesp), cujo objetivo é renovar as práticas do empresariado e formular uma nova estratégia de desenvolvimento para o país. Este instituto também propõe uma nova inserção social do empresariado, a qual operaria por meio de outros canais para dialogar com o Estado, os trabalhadores e a sociedade em geral (Diniz e Boschi, 1993).

Estudos mais específicos sobre essas organizações, por outro lado, explicitam os limites dessas iniciativas. No caso do PNBE, Gomes e Guimarães (1999) mostram que, de fato, esse movimento esteve voltado para uma discussão mais ampla sobre o país, tendo por base a construção de um “empresário cidadão”. Segundo Oded Grajew, um dos líderes do PNBE, seu papel político perdeu força com a eleição de Cardoso, que acabou concretizando muitas das suas demandas. Por outro lado, o movimento permanece ativo, com projetos ligados à ecologia, à educação e à saúde, caracterizando-se por uma certa forma de assistencialismo, entendida pelo movimento como “prática cidadã”.

Reestruturação Produtiva, Flexibilização do Trabalho e Redução de Custos

As reestruturações de muitas empresas acarretaram várias mudanças, entre as quais diminuição do custo efetivo do trabalho, aumento significativo da terceirização nas empresas de grande porte, alterações qualitativas de quadros funcionais, grande eliminação de chefias intermediárias, diminuição de cobertura sindical, aumento do tempo de desemprego, expansão do trabalho a domicílio e autônomo, aumento da rotatividade etc.

Durante a segunda metade da década de 1990, houve uma redução significativa nos níveis hierárquicos, principalmente em bancos e na indústria, correlata da introdução de novas formas de organização e gestão empresarial. Isso provocou um enxugamento nos postos de trabalho e concentração nos níveis de gestão, mas se estendeu até mesmo à direção e à assessoria. As funções mais sensíveis à terceirização, sobretudo aquelas qualificadas da área de comercialização – corretores, agentes, representantes etc. – também apresentaram redução significativa (Machado da Silva, 1997, pp. 34-35). Essas mudanças ocorreram sobretudo nas grandes empresas.

As estratégias empresariais de competição e terceirização vêm afetando o perfil da força de trabalho em vários aspectos, tais como trajetória profissional e qualificação, condição de gênero e etária etc. (Castro e Leite, 1994, p. 48). À guisa de exemplo, Cavalcanti de Oliveira (1999) problematiza a conformação do processo de inserção da mulher no mercado de trabalho, mostrando que, embora características consideradas femininas, como intuição e polivalência, sejam agora valorizadas no mundo flexibilizado do trabalho, ainda existem lugares sociais distintos para o feminino e o masculino tanto no mundo do trabalho, como no espaço privado.

Os estudos sobre a flexibilização do trabalho adentram a esfera das regras de recrutamento de trabalhadores e analisam, sob essa perspectiva, as relações entre as firmas e a localização dos investimentos (Ramalho, 2000).

Paralelamente, em pesquisa já mencionada, Diniz e Boschi mostraram que os empresários não admitem participação dos trabalhadores nos lucros e na gestão das empresas, tampouco comissões de fábrica. Eles são favoráveis a uma certa descentralização nas relações capital/trabalho, mas de-

sejam que o Estado continue como o árbitro do conflito redistributivo (Diniz e Boschi, 1993, p. 115).

Somente nos anos de 1990 as empresas começaram a adotar formas de gestão do trabalho mais compatíveis com as necessidades de flexibilização e de envolvimento dos trabalhadores. Tais mudanças

[...] apontam para a crescente preocupação empresarial com a estabilização e qualificação da mão-de-obra, com a significação da estrutura de cargos e salários e com a diminuição dos níveis hierárquicos, ao mesmo tempo, busca-se substituir as políticas autoritárias de relacionamento com os operários, introduzindo formas menos conflituosas de gestão do trabalho (Castro e Leite, 1994, p. 47).

Enquanto as empresas tentavam reduzir os custos do trabalho, a corrupção, cujo combate constituiu uma das bandeiras da campanha de Collor, se intensificou a tal ponto que gerou um aumento de custo para as empresas.

Os esquemas de corrupção pressionavam as empresas a contribuir financeiramente para a obtenção de vantagens ou mesmo para ter seus interesses contemplados pelas políticas públicas. Esse novo esquema foi sem dúvida um “aperfeiçoamento” da articulação anterior, fruto da falta de transparência e da ausência da participação da sociedade nas decisões econômicas (Ribeiro Guimarães, 1994, p. 46).

Crescimento Econômico, Pobreza e Busca de Alternativas

No Brasil, os sociólogos retomam a discussão de uma questão cara à sociologia do desenvolvimento, em pauta nos anos de 1960 e 1970, sobre a relação entre crescimento econômico e exclusão social, mos-

trando que a industrialização e o crescimento econômico não são suficientes para combater a pobreza (Leite e Silva, 1996; Castro e Leite, 1994; Brandão Lopes, 1993).

Essa questão teve um desdobramento na sociologia do trabalho, a qual aponta para a necessidade de os sindicatos se adaptarem à heterogeneidade do mundo do trabalho, devendo ampliar suas atividades de modo a permitir a inclusão dos trabalhadores desempregados ou em situação de precariedade (Laranjeira, 1998; Ramalho, 1998).

A tendência ao aumento da concentração da riqueza acentuou-se na década de 1990. Machado da Silva observa que

[...] ao desemprego estrutural que sempre caracterizou os países de industrialização recente – que pôs em pauta as dimensões do exército industrial de reserva e suscitou considerações sobre um contingente de trabalhadores sem função econômica para o capital, chamado de “massa marginal” na década de 1960 (Nun, 1969) – acrescenta-se hoje as dificuldades e mudanças nas formas de absorção produtiva dos segmentos mais qualificados da força de trabalho. Dificuldades e mudanças que as empurram com frequência crescente para atividades alternativas, com as quais buscam cada vez mais contra-arrestar os efeitos pessoais e familiares das transformações mas também, sob o estímulo do poder público, do empresariado e da mídia, realizar o desejo de autonomia profissional por meio da criação de pequenas empresas “familiares-modernas” (racionalizadas e capazes de se adaptarem criativamente às condições de funcionamento sempre cambiantes) e/ou do “auto-empresariamento” (profissionais capazes e dispostos a descobrir e/ou criar novas alocações para seu trabalho), em conexão com a estruturação de novos estilos de vida e de padrões de consumo (Machado da Silva, 1997, pp. 35-36).

Até as Empresas Emblemáticas Mudam

Do ponto de vista da cultura empresarial, ou seja, o conjunto de valores e de práticas internas à empresa, é possível identificar o surgimento de alguns trabalhos preocupados em entender, por um prisma sociológico, o que poderíamos definir como a “construção social” da empresa.

Por exemplo, Rodrigues (1999) discute as transformações vividas pelo Banco do Brasil num período de transição das políticas governamentais. Ao fazê-lo, identifica no discurso dos funcionários uma dupla representação do banco: de um lado é visto de maneira idealizada (“O Banco de 190 anos”, “o nosso Banco”), de outro, faz-se uma imagem de sujeição do Banco ao Estado. No contexto atual, políticas públicas específicas enfatizam a necessidade de um banco voltado para o mercado, que, de acordo com a fala de atores ligados ao governo, precisa gerar lucro.

O discurso desses atores traz subjacente uma idéia de nação, em que pese cada ator usá-la para defender uma posição particular. A idéia de “promotor do desenvolvimento” e seu correlato, “atenuador das desigualdades regionais”, é um dos argumentos utilizados. Rodrigues enfatiza a necessidade de uma leitura crítica do argumento “moderno *versus* tradicional”, o qual figura mais ou menos aparente na fala das autoridades que defendem a “modernização” do Banco Central por meio de uma política mais voltada para o lucro e menos para as comunidades, ou, ainda, para o desenvolvimento local.

Quando se instaura esse processo de mudança no papel social da empresa, o resultado é a negociação. As comunidades precisam se articular para garantir a permanência do Banco, de forma que seu papel não se transforme a ponto de estar destituído de um conteúdo propriamente social. A ques-

tão não é avaliar se o banco privilegia o “econômico” em detrimento do “social”, mas perceber quais significados estão sendo conferidos aos mesmos termos e elementos simbólicos (“modernização”, “desenvolvimento” etc.) que aparecem na fala desses atores.

Monteiro (1999) interpreta as estratégias da Varig de um ponto de vista semelhante, ao demonstrar que essa empresa travou distintas “relações de significado” com a sociedade brasileira no contexto dos governos militares e das reformas para o mercado. No primeiro caso, isso pode ser constatado no slogan “Varig e Brasil Grandes” – as estratégias da empresa baseavam-se na idéia de uma “empresa a serviço do desenvolvimento nacional”. Nesse contexto, e na condição efetiva de empresa designada para representar o país no âmbito do transporte aéreo internacional, a Varig pautou suas ações na constante ampliação da frota, das rotas, do quadro de funcionários e na diversificação de investimentos. No segundo momento, temos uma reversão dessa postura nos marcos de um processo de desregulamentação e abertura do setor. A Varig perde seu *status* de empresa oficial e se vê ameaçada pela entrada de novos atores no mercado (com a privatização da Vasp e, posteriormente, a ascensão da Tam ao grupo das grandes empresas nacionais, além da entrada de novas empresas brasileiras e norte-americanas nas rotas entre Brasil e Estados Unidos). A antiga postura teve de se modelar para a inserção da empresa em um mercado competitivo. Ganha força, dessa maneira, uma concepção de empresa “enxuta”, ou seja, passa-se a alardear, ao contrário do período anterior, estratégias como a alienação do patrimônio e a redução do quadro de pessoal, das rotas e da frota, ao mesmo tempo em que se buscam parcerias com empresas estrangeiras (das quais se destaca a entrada da Varig na *Star Alliance*) e a reformulação dos serviços prestados, que ga-

rante aos usuários de maior poder aquisitivo uma maior comodidade (introdução da classe executiva nos vôos nacionais, serviço de bordo diferenciado na ponte aérea e elevada concentração de vôos nas regiões mais ricas do país, especialmente São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília).

Kirschner (2000) recupera a trajetória da empresa Ipiranga por meio das estratégias desenvolvidas por esse grande grupo, explicando a maneira pela qual se deu sua expansão e consolidação no mercado brasileiro de distribuição de petróleo e a conservação de sua condição de empresa familiar.

Apesar de todas as mudanças no mercado e nas conjunturas econômicas nacionais e internacionais, a Ipiranga permanece, sem dúvida, uma empresa sólida. As empresas controladas pelo grupo são consideradas bem capitalizadas e com baixo índice de endividamento pelos analistas do mercado, e os seus resultados durante o ano 2000 foram positivos.

As mudanças na esfera econômica e institucional contribuíram muito para a crise que esse grupo atualmente atravessa, mas as dificuldades não são exclusivamente externas ou de caráter sociopolítico, dizem respeito também às relações estratégicas entre os proprietários do grupo. Tal crise se deve, como já foi dito, à oposição entre uma lógica política e econômica do tipo empresarial e uma lógica econômica patrimonial.

Novas Culturas Empresariais?

Barbosa (2000) procura desvendar a complexa relação entre empresas transnacionais, tecnologias gerenciais e sociedade contemporânea. Parte dessa relação é intermediada pela cultura de negócios, considerada

[...] uma instância privilegiada para a observação de como atuam os mecanismos da “globalização” e “localização” a que estão submetidos os fluxos culturais no âmbito do “mundo dos negócios” em diferentes sociedades (p. 4).

De um ponto de vista regional, pesquisas recentes encontraram indícios da formação de uma nova mentalidade empresarial no Estado do Rio de Janeiro no que diz respeito à sua capacidade de gestão. Essa conclusão é reveladora, uma vez que as pesquisas abrangeram diferentes segmentos de empresários na cidade do Rio de Janeiro, em cidades do interior do Estado e em áreas rurais.

Ribeiro de Oliveira (1999) analisa as novas formas de gestão dos recursos existentes especialmente no município de Nova Friburgo, no sudeste do Estado do Rio de Janeiro, e o surgimento de inovações que estão transformando a realidade do setor primário estadual. Essas inovações estão sendo geradas pela introdução e a difusão de cultivos raros, com a criação, sobretudo, de caprinos leiteiros e de trutas implementada por produtores-empresários. A autora mostra que, mesmo entre os pequenos e médios empresários, estão surgindo traços que apontam para uma nova mentalidade empresarial, revelada pelas possibilidades de uma atividade lucrativa moderna no espaço rural, no qual não se esperava esse tipo de desenvolvimento.

Kirschner (1999), por sua vez, questiona se no Brasil, a exemplo de outros países latino-americanos (Chile), o novo modelo de desenvolvimento pós-substituição de importações está favorecendo o surgimento de uma nova mentalidade empresarial. A autora escolhe o momento da sucessão como ponto de partida de sua análise, já que boa parte das grandes empresas familiares brasileiras fundadas entre 1940 e 1950 passaram recente-

mente ou estão passando pelo difícil processo de transmissão do comando da empresa ou do grupo. No Brasil, o envelhecimento de muitas das grandes empresas adquire um caráter ainda mais delicado, pois ocorre simultaneamente às profundas mudanças na ordem econômica mundial, as quais têm tido claros efeitos sobre a economia nacional.

A comparação entre a Mesbla e o grupo Vicunha, dois grandes grupos brasileiros representativos em diferentes épocas, centrada na questão da sucessão, permitiu confrontar a mentalidade dos empresários tradicionais e seu estilo de administração com uma nova mentalidade, a qual difere bastante dos antigos padrões.

O trabalho de Cappellin e Giuliani (1999) faz uma reflexão sobre o processo de transmissão dos patrimônios econômicos e culturais e sobre as influências que tais processos têm nos projetos de reorganização das empresas. Os depoimentos da nova geração de empresários de municípios serranos do Estado do Rio de Janeiro revelam a convicção de que hoje, para ser um empresário bem-sucedido, não bastam mais somente os dotes da coragem e da tenacidade que animaram os fundadores, mas são exigidas também competências específicas e uma boa formação profissional. De fato, a nova geração de empresários tem uma formação especializada, freqüente a universidade, visita feiras e exposições nacionais e internacionais, cria associações e participa de entidades profissionais e de classe, mostrando uma clara preocupação com a necessidade de articular competências técnicas, financeiras e comerciais. Surge, assim, um perfil de titular de empresa de porte médio e familiar que demonstra ser capaz de articular racionalidades diversas, que se utiliza da tradição para poder enfrentar os desafios da modernização e que se dispõe a buscar todos os meios à dis-

posição para enfrentar os desafios de administrar com competência e eficiência os patrimônios herdados.

A Sociedade Chama a Empresa

As intensas transformações pelas quais passou a sociedade brasileira explicitam que um dos pilares da sociedade contemporânea é constituído pelas empresas, ainda que profundamente afetadas pelas mudanças. A redução dos investimentos sociais, assim como a visibilidade que a empresa adquiriu nos anos de 1990, fez com que ela passasse a responder por diversas demandas sociais.

Organizações empresariais, empresários, organizações não governamentais e imprensa vêm mantendo um debate intenso sobre a responsabilidade social das empresas. Uma vertente considera que no Brasil dos anos de 1990 consolidou-se um novo discurso e uma nova prática empresarial: uma postura pautada pela responsabilidade social, na qual as empresas são motivadas pela ética e pela responsabilidade, imbuídas de um interesse público (Torres da Sillva, 2000, p. 150). Outros questionam a própria noção de responsabilidade social, à qual são atribuídos diferentes significados, podendo inclusive ser considerada tão-somente o cumprimento de obrigações legais e a obtenção de lucros para pagar impostos (Cheibub e Locke, 2002, p. 284). Cheibub e Locke consideram que é do interesse econômico das empresas promover ações socialmente responsáveis, ressaltando que

[...] não temos o direito de esperar que empresários e as empresas sejam obrigadas a praticar estes atos. Pelo menos, não temos este direito em relação às empresas enquanto não tivermos também o direito de esperar

o mesmo de qualquer outro ator social (2002, p. 283).

A ação social e o balanço das empresas e a filantropia empresarial são discutidos tanto na academia como no meio empresarial e na imprensa. Cappellin, Giuliani, Pessanha e Morel (2002), ao analisar diversas organizações empresariais brasileiras, mostram que atualmente “os critérios de avaliação do sucesso começam a incorporar dimensões que vão além da organização econômica e que dizem respeito à vida social, cultural e à preservação ambiental”. Essa pesquisa confirma a tese de que a empresa é um sistema social com dimensões que ultrapassam os objetivos econômicos e um espaço ao mesmo tempo socializador e socializado, em contínua interação com a sociedade.

Um Campo Aberto para a Sociologia Brasileira

Uma primeira análise dos trabalhos acadêmicos expostos aponta que a sociologia brasileira durante a década de 1990 foi capaz de dar respostas às questões levantadas pelos atores sociais, que se viram obrigados a agir e a tomar decisões em meio ao turbilhão ocasionado pelo reordenamento da economia.

Um olhar mais atento revela que a sociologia apreendeu diversos aspectos das transformações da estrutura socioeconômica, ou seja, grande parte dos trabalhos ultrapassa em muito os objetivos propostos, chegando, algumas vezes, a delinear aspectos estruturais. Por exemplo, os estudos sobre a guerra fiscal entre os Estados trouxeram um acréscimo substancial ao conhecimento do Brasil pós-reformas, uma vez que explicitam como o movimento espacial do capital redefine as diferenças regionais. O acúmulo de pesquisas sobre o papel social da empresa e de sua res-

ponsabilidade social não apenas mostra a mudança na relação empresas/sociedade, mas também aponta para a grande virada das políticas sociais nos anos de 1990.

Atualmente, observa-se que muitos estudos não se limitam à simples crítica do modelo liberal e ao exame de alguns – e localizados – efeitos sociais do neoliberalismo. As pesquisas sobre as ações coletivas dos empresários mostram a notável capacidade de recomposição destes e de suas organizações, sendo complementadas pelas análises que questionam a existência de novas culturas empresariais, as quais, por sua vez, mostram um empresariado muito reativo e até inovador.

A revisão da literatura salienta as lacunas que persistem no âmbito da sociologia, entre as quais a mais evidente é a ausência de teorias intermediárias capazes de integrar as microanálises pontuais a um quadro analítico mais amplo.

Entretanto, notamos que já se apresentam algumas soluções para dificuldade de se ir além da análise específica e adentrar o campo teórico, o que, certamente, amplia a compreensão da sociedade brasileira como um todo. Como exemplo de uma dessas soluções, porém ainda em estado embrionário, podemos citar os estudos sobre os atores da modernização, sejam eles o Estado, os grupos multinacionais, os empresários, os setores técnicos, sejam os trabalhadores e seus sindicatos. Esta lacuna já tinha sido observada por Abramo em 1990, e, embora os estudos realizados da década de 1990 tenham feito avanços nesse sentido (ver trabalhos de Boschi, Diniz e Leopoldi sobre o Estado), ainda há carência de mais conhecimento sobre os demais atores.

Outra abertura foi dada pela sociologia da empresa. Essa área considera a empresa um fato social, possuidora de uma dimensão institucional própria, uma vez que influi sobre as representações e as estruturas sociais,

e não é somente um lugar onde os conflitos sociais se estabelecem. Há uma necessidade imperiosa de se estudar a produção do social no âmbito da produção, ou seja, discutir com mais afinco a formação de representações, a construção de interesses e as negociações. Nessa conjuntura de mudanças muito rápidas, os atores sociais precisam ter mais conhecimento sobre si próprios e sobre as empresas. No que diz respeito a suas representações, relações de poder, cultura e estruturas sociais nas empresas, o olhar sociológico é capaz de ter um alcance bem maior do que o dos atores, os quais não dispõem dos instrumentos, nem, por vezes, do distanciamento necessário para compreender as situações críticas de seu cotidiano.

Por fim, faremos um rápido comentário sobre a relação entre a sociologia, as questões sociais e a empresa na França e no Brasil. Sobretudo no período do pós-guerra, o intervencionismo e o protecionismo econômico foram fundamentais para reorganizar o parque produtivo francês, destruído pela Segunda Guerra Mundial. A política intervencionista permaneceu forte até meados dos anos de 1980, mas desde a década de 1970 vinha sofrendo fortes críticas, que se tornaram menos virulentas ao longo do tempo. Na França, assim como posteriormente no Brasil, o Estado foi acusado de todos os males: atraso tecnológico, ineficácia das políticas sociais para a redução das desigualdades sociais, entre outros aspectos. Nos anos de 1980, a França implementou o modelo denominado economia mista, pelo qual se iniciou a vaga de privatizações estendida até meados da década seguinte (Mauchamp, 2002).

O Estado intervencionista e protecionista francês garantiu o desenvolvimento econômico, e as políticas sociais conduziram ao *welfare state*. O Estado brasileiro – sobretudo na época dos governos militares – também foi bem-sucedido no que diz respeito ao cresci-

mento econômico; contudo, largas parcelas da população foram excluídas dos processos de modernização. Os contextos políticos, institucionais e sociais dos dois países nos últimos trinta anos eram absolutamente diferentes, mas em ambos podemos reconhecer a centralidade do Estado. Essa característica auxilia a compreensão das questões levantadas pela sociedade e trabalhadas pelos sociólogos. A sociologia da empresa francesa dá seus primeiros passos nos anos de 1980, cerca de dez anos antes de seu início no Brasil. Assim como os debates sobre o intervencionismo, sobre o papel do Estado, sobre as privatizações, a introdução de novas tecnologias e a busca de uma gestão das empresas mais motivadora para os empregados se fazem com um intervalo de, pelo menos, uma década entre os dois países.

A inserção das ciências sociais nas sociedades latino-americanas caracterizou-se pela distância entre a prática científica e o mundo da empresa, diferentemente da França. Entretanto, os estudos sobre a implementação de novas tecnologias abriram uma brecha para a entrada da sociologia nas fábricas e para uma postura mais aberta por parte dos atores envolvidos na produção em relação ao discurso sociológico.

Podemos ainda sugerir que, na última década, as ciências sociais começaram a se apropriar de fenômenos que ocorrem no mundo econômico. Trata-se de um primeiro passo para que efetivamente se quebre a separação radical entre os campos da sociologia e da economia e para que a sociologia brasileira possa recuperar uma vertente da sociologia clássica – Marx, Durkheim, Simmel, Weber, Schumpeter – que trazia para a análise sociológica objetos como o mercado e a empresa. O que se convencionou chamar de nova sociologia econômica é um campo que já encontra espaço na França e na Inglaterra. No Brasil, a sociologia não precisa permanecer como “a ciência dos restos”, para retomar a expressão de Small,

um dos primeiros sociólogos de Chicago (Swedberg, 1994), que se referia ao fato de a sociologia estudar somente objetos que não interessavam aos economistas.

Notas

1. A respeito do papel do Estado no desenvolvimento econômico do Brasil, ver a excelente obra de Leopoldi (2000). A autora sustenta a tese de que o empresariado, desde o início do século XX, desempenhou um papel fundamental para a consolidação do setor industrial. Leopoldi atribui a esse papel uma importância complementar à desempenhada pelo Estado.
2. Entre 1968 e 1973, a indústria teve um crescimento de 13% ao ano.
3. Entre 1981 e 1983, o aumento das exportações neutralizou parcialmente os efeitos contractionistas da política de ajuste. As exportações em 1984 foram a principal fonte de expansão do produto industrial. Por exemplo, a indústria automobilística exportou 20% de sua produção.
4. Esta seção retoma a argumentação desenvolvida em Kirschner e Monteiro (2001).

Bibliografia

- Abramo, Laís.
1990 “Novas tecnologias, difusão setorial, emprego e trabalho no Brasil: um balanço”. *BIB*, 30.
- 1991 “Nuevas tecnologías, y movimiento sindical en Brasil: desafíos en los años 90”. *Revista Paraguaya de Sociología*, 28 (82).
- Abramo, Laís & Montero, Cecília.
1995 “A sociologia do trabalho na América Latina: Paradigmas teóricos e paradigmas produtivos”. *BIB*, 40.
- Abreu, Alice.
1985 “Processo de trabalho e ciências sociais: a contribuição do GT Processo de trabalho e reivindicações sociais”. *Textos para discussão*, IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro.
- Arbix, Glauco.
2000 “Guerra fiscal e competição intermunicipal”. *Dados*, 43(1).
- Baltar, Paulo Eduardo de A. & Henrique, Wilnês.
1994 “Emprego e renda na crise contemporânea no Brasil”, in C. A. Oliveira; M. A. Oliveira e J. Eduardo Mattoso (orgs.), *O mundo do trabalho, crise e mudança no final do século*, São Paulo, Página Aberta.
- Barbosa, Lúvia.
2000 “Globalização e cultura de negócios”. Trabalho apresentado no II Workshop Empresa, Empresários e Sociedade, 30 e 31 de outubro de 2000, Rio de Janeiro, Escola de Engenharia, Universidade Federal Fluminense.

- Bilac, Elisabete Dória
1978 *Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência*, São Paulo, Símbolo.
- Birchal, Sérgio.
2000 “Globalização e desnacionalização de empresas brasileiras: 1990 a 1999”. Trabalho apresentado no II Workshop Empresa, Empresários e Sociedade, 30 e 31 de outubro de 2000, Rio de Janeiro, Escola de Engenharia, Universidade Federal Fluminense.
- Boschi, Renato Raul.
2002 *O Executivo e a redefinição das relações público/privado no Brasil: um novo corporativismo?* Trabalho realizado durante a permanência na França, Cátedra Sérgio Buarque de Holanda de Ciências Sociais, Université Toulouse le Mirail e École de Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, mimeo.
- Brandão Lopes, Juarez.
1965 *Sociedade Industrial no Brasil*, Rio de Janeiro, Difel.
1993 “Resstruturação produtiva, mercado de trabalho e condições de vida”. *Educação e Sociedade*, 45.
- Cano, Wilson.
1994 “Industrialização, crise, ajuste e reestruturação”, in C. A. Oliveira; M. A. Oliveira e J. Eduardo Mattoso (orgs.), *O mundo do trabalho, crise e mudança no final do século*, São Paulo, Página Aberta.
- Canosa, Lourdes.
1998 *Todas as fatias e a cereja também: o pensamento político da FIRJAN em quinze anos de crise (1980-1995)*. Tese de doutorado, Rio de Janeiro, PPGSA, IFCS/UF RJ.
- Cappellin, Paola & Giuliani, Mario.
1999 “Os herdeiros: estudo de caso das empresas de porte médio na região serrana do Estado do Rio de Janeiro”, in A. M. Kirschner e E. Gomes (orgs.), *Empresa, empresários e sociedade*, Rio de Janeiro, Sete Letras.
- Cappellin, Paola; Giuliani, Mario; Pessanha, Elina & Morel, Regina.
2002 “As organizações empresariais brasileiras e a responsabilidade social”, in A. M. Kirschner, E. Gomes, e P. Cappellin (orgs.), *Empresa, empresários e globalização*, Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- Cardoso, Fernando Henrique.
1969 *Mudanças sociais na América Latina*. São Paulo, Difel.
- Castro, Nadya Araújo & Guimarães, Antonio Sérgio.
1987 “Movimento sindical e formação de classe: elementos para uma discussão teórico-metodológica”. *Caderno CRH*, 4, UFBA/CRH
- Castro, Nadya Araújo & Leite, Márcia de Paula.
1994 “A sociologia do trabalho industrial no Brasil: desafios e interpretações”. *BIB*, 37.

- Cavalcanti de Oliveira, Zuleica.
- 1999 "Trabalho de escritório em uma empresa multicondional: igualdade X diferença", in A. M. Kirschner e E. Gomes (orgs.), *Empresa, empresários e sociedade*, Rio de Janeiro, Sete Letras.
- Cheibub, Zairo & Locke, Richard.
- 2002 "Valores ou interesses? Reflexões sobre a responsabilidade social", in A. M. Kirschner, E. Gomes, e P. Cappellin (orgs.), *Empresa, empresários e globalização*, Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- Diniz, Eli.
- 1996 "Corporativismo em transição", in _____, *Crise, reforma do Estado e governabilidade*, Rio de Janeiro, FGV.
- 1999 "As elites empresariais e a Nova República: corporativismo, democracia e reformas liberais", in A. M. Kirschner e E. Gomes (orgs.), *Empresa, empresários e sociedade*, Rio de Janeiro, Sete Letras.
- 2000 *Globalização, reformas econômicas e elites empresariais*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- Diniz, Eli & Boschi, Renato.
- 1993 "Lideranças empresariais e problemas da estratégia liberal no Brasil", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23, out.
- Douvot, Hubert.
- 1992 "L'influence d'un contexte d'hyper-inflation sur le comportement stratégique des entreprises (Le cas du Brésil)". *GRESAL*, 92, abr.
- Dulci, Otávio Soares.
- 2001 "Itinerários do capital e seu impacto no cenário interregional". Trabalho apresentado durante encontro na Anpocs.
- Francfort, Isabelle; Osty, Florence; Sainsaulieu, Renaud & Uhalde, Marc.
- 1995 *Les mondes sociaux de l'entreprise*. Paris, Desclée de Brouwer.
- Gomes, Eduardo & Guimarães, Fabrícia.
- 1999 "Empresários, o Brasil em reformas e o corporativismo em transição: um estudo sobre o PNBE: pensamento nacional das bases empresariais", in A. M. Kirschner e E. Gomes (orgs.), *Empresa, empresários e sociedade*, Rio de Janeiro, Sete Letras.
- Gonçalves, Reinaldo.
- 1999 *Globalização e desnacionalização*. São Paulo, Paz e Terra.
- Hirata, Helena.
- 1983 "Receitas japonesas, realidade brasileira". *Novos Estudos Cebrap*, 2.
- Jetin, Bruno.
- 1991 "Incertitude, flexibilité décisionnelle et flexibilité productive: un essai d'interprétation du comportement des entreprises brésiliennes durant la crise". Trabalho apre-

- sentado no colóquio Conséquences Structurelles de L'hyper-inflation, Récession et Politiques d'Ajustement en Amérique Latine, Salvador, 6-8 nov.
- Kirschner, Ana Maria.
- 1995 *Les entrepreneurs face à l'intervention et au retrait de l'Etat: l'industrie du blé au Brésil, 1967/1992*. Tese de doutorado, Paris, Institut de Hautes Études de l'Amérique Latine/Université Paris III.
- 1999 "Empresários brasileiros dos anos 90: sucessão e mudança de mentalidade?", in A. M. Kirschner e E. Gomes (orgs.), *Empresa, empresários e sociedade*, Rio de Janeiro, Sete Letras.
- 2000 *Globalização e grandes empresas familiares brasileiras*. Trabalho apresentado no II Workshop Empresa, Empresários e Sociedade, 30 e 31 de outubro de 2000, Rio de Janeiro, Escola de Engenharia, Universidade Federal Fluminense.
- Kirschner, Ana Maria & Leopoldi, Maria Antonieta P.
- 2001 "Dilemas e perspectivas das empresas e dos empresários", *Gazeta Mercantil*, maio.
- Kirschner, Ana Maria & Monteiro, Cristiano Fonseca.
- 2001 "Notas introdutórias a uma sociologia da empresa no Brasil". *Contemporaneidade e Educação*, 6 (9), Rio de Janeiro.
- Laranjeira, Sonia.
- 1998 "Há lugar para o sindicalismo na sociedade pós-industrial? Aspectos do debate internacional". *São Paulo em Perspectiva*, 12 (1), São Paulo, Fundação Seade.
- Laville, Jean-Louis; Levsque, Benoît & This-Saint Jean, Isabelle.
- 2001 "La dimension sociale de l'économie selon Granovetter". *Le marché autrement: essais de Mark Granovetter*, Paris, Desclée de Brouwer.
- Leite Lopes, José Sérgio & Machado da Silva, Luiz Antonio.
- 1979 "Introdução: estratégias de trabalho, formas de dominação na produção e subordinação doméstica de trabalhadores urbanos", in Leite Lopes *et al.*, *Mudança social no Nordeste: estudos sobre trabalhadores urbanos*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Leite, Márcia de Paula & Silva, Roque Aparecido da.
- 1996 "A sociologia do trabalho frente à reestruturação produtiva: uma discussão teórica". *BIB*, 42.
- Leopoldi, Maria Antonieta P.
- 2000 *Política e interesses na industrialização brasileira*. São Paulo, Paz e Terra.
- Machado da Silva, Luiz Antonio.
- 1996 "Informalidade e crise econômica". *Tempo e Presença*, 288.
- Machado da Silva, Luiz Antonio & Chinelli, Filipina.
- 1997 "Velhas e novas questões sobre a informalização no Brasil atual". *Contemporaneidade e Educação*, 2 (1), Rio de Janeiro, Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada.

- Mauchamp, Nelly.
2002 "Le modèle français de l'entreprise publique". *Cahiers de Recherche de CRISES*, I-O2O2 (Entreprises publiques françaises et fonction publique canadienne: innovations et transformations en cours. Québec).
- Medeiros, Marcos.
1999 "Ajuste estrutural e flexibilização das relações de trabalho", in A. M. Kirschner e E. Gomes (orgs.), *Empresa, empresários e sociedade*, Rio de Janeiro, Sete Letras.
- Minella, Ari.
1994 "O discurso empresarial no Brasil: com a palavra os senhores banqueiro". *Ensaio FEE*, 14 (2).
- Miranda, José Carlos & Tavares, Maria da Conceição.
1999 "Brasil: estratégias de conglomeração", in J. L. Fiori (org.), *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*, Petrópolis, Vozes.
- Moisés, José Álvaro.
1978 *Greve de massas e crise política*, São Paulo, Polis.
- Monteiro, Cristiano.
1999 "Empresas de aviação comercial e projetos de modernização do Brasil: anos 70 X anos 90", in A. M. Kirschner e E. Gomes (orgs.), *Empresa, empresários e sociedade*, Rio de Janeiro, Sete Letras.
- Noronha, Eduardo Garuti.
1994 "Greves e estratégias sindicais no Brasil", in C. A. Oliveira; M. A. Oliveira e J. Eduardo Mattoso (orgs.), *O mundo do trabalho, crise e mudança no final do século*, São Paulo, Página Aberta.
- Nun, José.
1969 "Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal". *Revista Latino Americana de Sociologia*, 5 (2), jul.
- Pereira, Vera Maria Cândido.
1979 *O coração da fábrica: estudo de caso entre trabalhadores têxteis*, São Paulo, Campus.
- Pessanha, Elina G.
1999 "Os sem-fábrica: crise e sobrevivência da indústria naval do Rio de Janeiro", in A. M. Kirschner e E. Gomes (orgs.), *Empresa, empresários e sociedade*, Rio de Janeiro, Sete Letras.
- Piore, Michael J. & Sabel, Chales F.
1984 *The second industrial divide: possibilities for prosperity*. Nova York, Basic Books.
- Pochmann, Marcio.
1994 "Trinta anos de políticas salariais no Brasil", in C. A. Oliveira; M. A. Oliveira e J. Eduardo Mattoso (orgs.), *O mundo do trabalho, crise e mudança no final do século*, São Paulo, Página Aberta.

- Ramalho, José Ricardo.
 1998 “Precarização do trabalho e impasses da organização coletiva no Brasil”, in R. Antunes (org.), *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos*, São Paulo, Boitempo.
- 2000 “Trabalho e sindicato: posições em debate na Sociologia hoje”. *Dados*, 43 (4).
- Ribeiro Guimarães, Ivan G.
 1994 “A experiência das câmaras setoriais: democratizando a política econômica”, in C. A. Oliveira; M. A. Oliveira e J. Eduardo Mattoso (orgs.), *O mundo do trabalho, crise e mudança no final do século*, São Paulo, Página Aberta.
- Ribeiro de Oliveira, Renata.
 1999 “Inovações empresariais no espaço rural do Estado do Rio de Janeiro”, in A. M. Kirschner e E. Gomes (orgs.), *Empresa, empresários e sociedade*, Rio de Janeiro, Sete Letras.
- Rodrigues, Léa.
 1999 “O Banco do Brasil e as construções simbólicas sobre a idéia de nação”, *Mosaico, Revista de Ciências Sociais*, 1 (2).
- Sainsaulieu, Renaud.
 1997 *Sociologie de l'entreprise: organisation, culture et développement*. 2 ed., Paris, Presses de Sciences Po et Dalloz (ed. revista e ampliada).
- 2001 *Des sociétés en mouvement: la ressource des institutions intermédiaires*. Paris, Desclée de Brouwer.
- Simão, Aziz.
 1966 *O sindicato e o Estado: suas relações na formação do proletariado industrial*. São Paulo, Dominus.
- Torres da Silva, Ciro Valério.
 2000 *Entre o bem estar social e o lucro: histórico e análise da “responsabilidade social das empresas” através de algumas experiências selecionadas de balanço social*. Dissertação de mestrado em Ciência Política, PPGACP/Universidade Federal Fluminense.
- Velasco e Cruz, Sebastião.
 1992 “Política empresarial em tempos de crise”. *Primeira Versão*, 48, Campinas, Unicamp/IFCH.
- Weffort, Francisco.
 1972 “Participação e conflito industrial: as greves de Osasco e Contagem”. *Cadernos do Cebrap*, 6, São Paulo.

Resumo

A Sociologia Brasileira e a Empresa

Este texto discute a maneira pela qual as ciências sociais perceberam a empresa e os empresários e como responderam às questões levantadas pela sociedade civil, pelos trabalhadores e empresários no período de 1970 a 2000. A análise leva em conta as seguintes dimensões: estrutura econômica e social, empresas e ciências sociais. Escolhemos algumas estratégias empresariais para mostrar com mais clareza a estreita relação entre o desenvolvimento social e econômico das empresas e as diferentes conjunturas, com ênfase na década de 1990.

Palavras-chave: Atores sociais; Empresas e ciências sociais; Desenvolvimento social e econômico; Mundo do trabalho.

Résumé

La sociologie brésilienne et l'entreprise

Ce texte aborde la façon par laquelle les sciences sociales perçoivent l'entreprise et les entrepreneurs et comment ils répondent aux questions soulevées par la société civile, par les travailleurs et entrepreneurs entre 1970 et 2000. Cette analyse prend en compte les dimensions suivantes : la structure économique et sociale, les entreprises et les sciences sociales. Nous avons choisi quelques stratégies d'entreprises pour démontrer de façon plus claire l'étroite relation entre le développement social et économique des entreprises et les différentes conjonctures, en particulier dans les années 1990.

Mots-clés: Acteurs sociaux; entreprises et les sciences sociales; développement social et économique; travail

Abstract

Brazilian Sociology and Entrepreneurship

This paper discusses how the social sciences have perceived companies and entrepreneurs as well as their responses to matters called forth by the civilian society, workers, and businessman from 1970 to 2000. The analysis takes into consideration the following dimensions: economical and social structure, companies, and the social sciences. It chooses some entrepreneurial strategies in order to show more clearly the narrow relationship between the social and economical development of companies and the different conjunctures, with emphasis on the nineties.

Key words: Social actors; companies and the social sciences, social and economical development, labour